



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

**Ofício: nº PGM-GAB 184/2024**

**Assunto: encaminha projeto de lei**

**Araxá, 09 de abril de 2024.**

**Exmo. Senhor Presidente,**

Encaminho-lhe, em anexo, Projeto de Lei que promove alterações na Lei Municipal nº 8.006, de 30 de março de 2023, que “*Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras Providências*”.

As alterações propostas foram elaboradas a partir de sugestões encaminhadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA, visando otimizar o desempenho das atribuições daquele órgão.

Ademais, a proposição visa regulamentar a hipótese de chancela de projetos financiados pelo Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o estabelecido na Lei Federal 14.692/2023, que alterou disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Na certeza de que esta Egrégia Casa de Leis, ao analisar o projeto de lei em tela, haverá de aprová-lo, aproveitamos do ensejo para renovar a Vossa Excelência e Ilustres Pares os mais elevados protestos de estima e respeito.

**RUBENS MAGELA DA  
SILVA:00272519693**

Assinado de forma digital por  
RUBENS MAGELA DA  
SILVA:00272519693  
Dados: 2024.04.09 14:08:21 -03'00'

**RUBENS MAGELA DA SILVA**  
**Prefeito Municipal de Araxá**

**Exmo. Sr.**

**João Bosco Junior**

**D.D. Presidente da Câmara Municipal de Araxá.**

**NESTA**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

## PROJETO DE LEI Nº 30 / 2024

**Altera e acrescenta dispositivos à Lei Municipal nº 8.006, de 30 de março de 2023, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ**, com a Graça de Deus aprova e eu, Prefeito, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica alterado o § 8º do art. 3º da Lei nº 8.006, de 30 de março de 2023, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 3º-

§ 8º- Todas as despesas com a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão custeadas pelo Executivo Municipal, com recursos provenientes da Secretaria Municipal de Ação Social ou do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, observada, neste caso, a deliberação do Conselho Municipal competente.

**Art. 2º** – Ficam alterados os incisos II e IX do *caput* do artigo 24, bem como seu § 1º, da Lei nº 8.006, de 30 de março de 2023, os quais passarão a vigorar com a seguinte redação:

Art. 24-

II- Um Assistente Social e um Psicólogo, servidores públicos municipais efetivos, para desempenharem atribuições de suporte técnico nas medidas de proteção a serem aplicadas pelos Conselhos Tutelares, conforme necessidades do órgão.

(...)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

IX- placa, em condições de boa visibilidade para o público em geral, indicando a localização do Conselho Tutelar e os números dos seus telefones e endereços eletrônicos, inclusive com a escala e os horários de plantão;

(...)

§ 1º- A equipe técnica que integra o Conselho Tutelar, descrita no inciso II do *caput* deste artigo, vinculada à Secretaria Municipal de Ação Social, desempenhará as seguintes funções:

**Art. 3º** – Fica alterado o parágrafo único do artigo 81 da Lei nº 8.006, de 30 de março de 2023, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 81-

Parágrafo Único- Fica vedada a utilização dos recursos do Fundo para manutenção de outras atividades que não sejam aquelas previstas nos incisos acima e outras expressamente autorizadas nesta Lei, sempre observada a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Art. 4º** – Fica acrescido o artigo 81-A à Lei Municipal nº 8.006, de 30 de março de 2023, que terá a seguinte redação:

**Art. 81-A-** É facultado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA cancelar programas, projetos e ações mediante edital específico.

§ 1º- Chancela deve ser entendida como a autorização para captação de recursos ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinados a programas e projetos aprovados e inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º- A captação de recursos ao Fundo, referida no parágrafo anterior, deverá ser realizada pela instituição proponente para o financiamento do respectivo programa ou projeto, podendo, o CMDCA, reter 20 % (vinte por cento) dos valores para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA.

§3º- A retenção de que trata o parágrafo anterior pode ser aplicada no projeto da instituição proponente, mediante requerimento fundamentado e aprovado pelo CMDCA.

§ 4º- Os recursos captados serão repassados para a instituição proponente mediante formalização de instrumento de repasse de recursos, conforme a legislação vigente.

§ 5º - O tempo de duração entre a aprovação do projeto e a captação dos recursos deverá ser de 02 (dois) anos e poderá ser prorrogado por igual período.

§ 6º- A chancela do projeto não deverá obrigar seu financiamento pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, caso não tenha sido captado valor suficiente.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Araxá, 09 de abril de 2024.

RUBENS MAGELA  
DA  
SILVA:00272519693

Assinado de forma digital por  
RUBENS MAGELA DA  
SILVA:00272519693  
Dados: 2024.04.09 14:08:03  
-03'00"

**RUBENS MAGELA DA SILVA**  
**Prefeito Municipal de Araxá**